



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

MAGISTÉRIO PARADO

Governo prepara reposição

Estado aposta no esvaziamento do movimento e projeta volta de 80% às aulas. Reunião discute recuperação dos dias parados
(DC, Geral, p. 24)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 8/7/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 8/7/11
Assunto: Magistério parado, Governo prepara reposição		Página: 34

MAGISTÉRIO PARADO

Governo prepara reposição

Estado aposta no esvaziamento do movimento e projeta volta de 80% às aulas. Reunião discute recuperação dos dias parados

JULIA ANTUNES LORENÇO

Mesmo sem a greve acabar, o governo aposta na volta dos professores às salas de aula e discute, hoje, a reposição dos dias parados, numa reunião em Lages, com a participação do governador Raimundo Colombo, gerentes de Educação, diretores de escolas e técnicos da Secretaria da Educação (SED).

O governo afirma que haverá enfraquecimento do movimento, já que a maioria – 17 de 30 – das assembleias regionais votou pelo fim da paralisação, sendo contrariada, quarta-feira, pela assembleia estadual, que optou pela continuidade. Ontem, o governo afirmou que 80% dos professores retornaram ao trabalho.

– Muitas escolas estão com as atividades normais e, onde faltar professor, vamos contratar ACTs (Admitidos em Caráter Temporário) para manter o ano letivo e conseguir cumprir nossa meta – afirmou Colombo.

A diretora de recursos humanos da SED, Elizete Mello, garante que o

Estado é amparado pelo artigo 37 da Constituição Federal, que permite contratação de funcionários em caráter excepcional. Sobre a falta de professores da área de ciências exatas, como matemática e química, ela disse que poderá abrir uma chamada pública se necessário.

Segundo o secretário da Educação, Marco Tebaldi, que também vai à reunião, se os professores voltarem até a próxima segunda-feira, é possível organizar aulas até 16 de dezembro. Senão, não está descartado que as aulas avancem até o próximo ano.

Não deve haver aulas aos sábados, porque isso não teria dado certo em reposições anteriores.

Dados do sindicato só na próxima semana

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) disse não ter os números da adesão à greve. Na segunda-feira, assembleias regionais farão este levantamento. Com os dados, o comando de greve reúne-se na terça-feira, para organizar futuras atividades. Mesmo com a disposição do

governo de não negociar mais, o Sinte encaminhou ontem um ofício ao governador pedindo nova audiência.

Sobre o retorno de professores à sala de aula, a coordenadora do Sinte, Alvete Bedin, afirmou que a decisão da assembleia estadual de continuar a greve foi encaminhada às regionais.

– Fazemos um apelo para que a categoria permaneça unida – ressaltou Alvete, que explicou que cada professor tem autonomia para voltar às atividades quando quiser.

julia.antunes@diario.com.br



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 8/7/11
Assunto: Magistério parado, Governo prepara reposição		Página: 34

Projeto chega à Assembleia

O projeto de lei complementar (PLC) que altera os salários dos professores de acordo com a proposta apresentada pelo governo no último domingo chegou ontem à Assembleia Legislativa. Mas só será votado se mais da metade dos professores em greve retornar às salas de aula.

Se isso não acontecer, não haverá votação antes do recesso das atividades, marcado para 15 de julho. Com isso, o próximo salário dos docentes teria os mesmos valores de antes do início da greve, em 18 de maio.

A decisão de impor condições para aprovar o projeto de lei foi tomada, ontem, pelos líderes de todos os partidos e o presidente da casa, deputado Gelson Merisio.

– Sem consenso, não adianta votar, e os salários terão os valores antigos – explicou Merisio.

Justiça manda rodar folha

O Estado precisa rodar, até hoje, uma folha suplementar repondo os descontos pelos dias parados dos grevistas e pagar os professores até segunda-feira. Se desobedecer aos prazos, será multado em R\$ 100 mil por dia. A ordem, do juiz Hélio do Valle Pereira, saiu após o Sinte pedir o cumprimento da decisão judicial.

O governo recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra a devolução dos descontos. Caso seja negado, não se sabe como serão rodados os salários, já que a medida provisória que alterava a remuneração – e sobre a qual foram feitos os descontos – foi rejeitada pela Assembleia Legislativa.

diario.com.br

Na tarde de ontem, o secretário da Educação, Marco Tebaldi, e o diretor do Sinte Luiz Carlos Vieira participaram de dois chats sobre a greve. A íntegra está no diario.com.br.
Leia alguns trechos.

LUIZ CARLOS VIEIRA,
diretor do Sinte

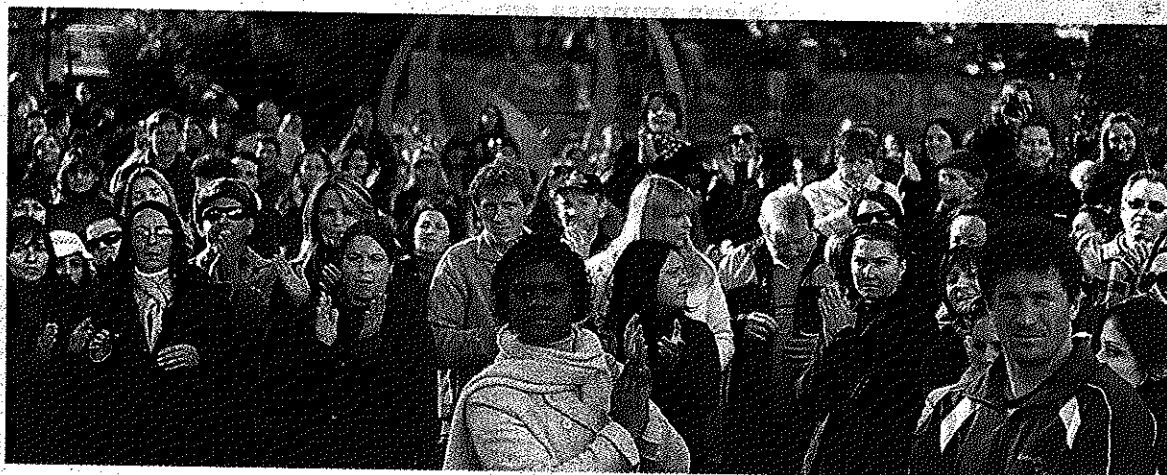
"Não vejo que os alunos perderam o ano letivo. Já tivemos greves até com 68 dias e isso não ocorreu. Acrescento que os profissionais da educação sempre fizeram a reposição."

"As assembleias regionais são organizativas e avaliativas, e não deliberativas, que é função específica de uma assembleia estadual. A categoria é estadual, logo, qualquer decisão regionalizada não pode ter caráter de um todo, mesmo que seja superior em números."

MARCO TEBALDI,
secretário da Educação

"A nossa estimativa que de hoje (*ontem*) até segunda-feira, retornem entre 70% e 80% dos professores."

"Fomos avançando e negociando com o Sinte. E deu no que deu. Certo ou errado, acho que tanto o governo como o Sinte e a categoria aprendemos com esse movimento. Poderemos, no futuro, usar esses ensinamentos para melhoria das condições da Educação no Estado."



Em encontro na tarde de ontem, professores de Chapecó resolveram acatar decisão da assembleia estadual

Divisão e dúvidas no Oeste

SIRLI FREITAS

Chapecó

Cerca de 300 professores se reuniram em Chapecó para decidir sobre a continuação da greve, e a maioria resolveu acatar a decisão da assembleia estadual pela paralisação. Ainda assim, alguns professores já voltaram para a sala de aula e outros reclamam que a greve perdeu seu foco.

– Tem coisas que saíram de pauta, como concursos e merenda escolar – reclamou um professor, que não quis se identificar, temendo retaliações.

A professora Angelita Staudt também diz estar cansada de promessas.

– É um cansaço psicológico e físico, mas não podemos desistir agora para ano que vem ter que voltar.

A continuidade da paralisação gerou dúvidas em professores e alunos. Leonardo Soares dos Santos, do Colégio Zélia Scharf, procurou a escola para saber quando deve voltar.

– Vamos ficar sem conteúdo, porque não vai dar tempo de ver tudo até o fim do ano – diz o aluno.

Dos 75 professores do colégio de Leonardo, apenas 13 estão trabalhando. Hoje, no Centro de Chapecó, os professores fazem uma manifestação “para mostrar à comunidade que a categoria continua paralisada”. Na

segunda-feira, uma nova assembleia discute os passos a serem tomados.

Segundo o coordenador regional de Chapecó do Sinte, Cleber Ceccon, a semana que vem será decisiva para a reposição das aulas.

– Se voltarmos até semana que vem não teremos problemas com as reposições – afirmou Ceccon.

O cansaço dos mais de 50 dias de greve está abalando até o entendimento entre professores. Alguns foram intimidados por decidirem falar à imprensa sem a presença do comando de greve, o que gerou atrito.

sirli.freitas@diario.com.br

Joaçaba suspende a greve

Joaçaba

Em assembleia na tarde de ontem, professores dos 13 municípios que compõem a regional de Joaçaba, no Meio-Oeste do Estado, decidiram voltar às salas de aula.

Durante a reunião, 52% dos revis-

tas votaram a favor da suspensão da greve. Hoje, os cerca de 250 professores que ainda estavam longe das salas devem retomar as atividades.

O primeiro dia após a greve deve servir para discutir a reposição das aulas. Segundo a presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação

(Sinte) de Joaçaba, Lurdes Persch, a decisão não significa o fim da luta.

– Todos os professores continuam em estado de greve, esperando que o Estado cumpra as promessas – diz.

Embora as escolas voltem a funcionar hoje, a expectativa é de que só haja alunos na próxima semana.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Especial	Data: 08/07/11
Assunto: Retorno às atividades diárias		Página: 05

Retorno às atividades diárias

Costa Esmeralda. Quatro das cinco escolas da região retomaram as aulas

ITAPEMA — Quatro das cinco escolas da rede estadual de ensino na Costa Esmeralda retomaram as atividades ontem. No maior colégio da região, o Olegário Bernardes, em Itapema, as aulas serão retomadas na segunda-feira.

Na região formada por três cidades litorâneas, 4.500 estudantes foram afetados com a paralisação dos professores. Apenas dois docentes optaram por continuar o movimento. A direção das unidades aguarda posição do governo do Estado para definir o calendário de reposição dos dias perdidos.

Na escola Anita Garibaldi, em Itapema, 80% dos alunos compareceram no primeiro dia após a greve. A unidade tem 990 estudantes. Segundo a diretora da instituição, Vera Lucia Albertoni, os 33 dias letivos serão repostos. “Estamos simulando o calendário de reposição, mas vai depender das negociações com o governo do Estado”, argumenta.

A professora Rita Carolina Wölinger explica que a decisão de retornar ao trabalho levou em conta o compromisso com os pais. “Nós havíamos combinado que o movimento não iria comprometer as férias de Verão. Parte dos nossos alunos trabalha durante a temporada e não podemos prejudicá-los”, ressalta Rita.

Balço.
Na Olegário Bernardes são 1.580 alunos, na Anita Garibaldi, 990. Em Porto Belo, na Tiradentes são 900 e em Bombinhas, são 615 na Leopoldo Guerreiro e 490 na Maria Rita

Estudantes da região estão sendo avisados da decisão da categoria

No Colégio Olegário Bernardes, em Itapema, a direção optou por recomençar o trabalho apenas na segunda-feira para conseguir avisar os estudantes.

O assessor de direção do colégio, André Cruz dos Santos,

explica que apenas um docente permaneceu em greve. “É uma professora que também leciona em Balneário Camboriú. Ela só retorna quando a outra escola encerrar a paralisação”, explica.

Em Bombinhas, um professor da escola Leopoldo José

Guerreiro permanece em greve.

Em Porto Belo, no único colégio da rede estadual na cidade, o Tiradentes, as aulas também recommençaram ontem, mas a instituição havia aderido apenas parcialmente ao movimento grevista.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Especial	Data: 08/07/11
Assunto: Adesões à paralisação começam a diminuir		Página: 05

Adesões à paralisação começam a diminuir

JOINVILLE — Aos 52 dias de paralisação, o movimento grevista dos professores da rede estadual chega num momento que mistura tensão, cansaço e expectativa. Tensão devido às reclamações de pais e diretores de escolas, cansaço pelo tempo recorde de mobilização e expectativa por uma proposta do governo mais próxima das reivindicações dos trabalhadores.

A Gered (Gerência Regional de Educação) espera que a maioria dos professores que votaram pelo fim da greve retorne ao trabalho a partir de hoje, mesmo com a paralisação mantida. Dados do órgão contabilizavam 640 professores parados até ontem.

A gerente regional de educação, Heliete Steingraber, lamenta que os professores mantivessem a paralisação. De acordo com ela, se a greve perma-

necer por mais uma semana, a recuperação dos dias de greve poderá ficar comprometida. “Uma das opções será a contratação de professores ACTs (Admitidos em Caráter Temporário)”, comentou, em referência à possível substituição de professores grevistas.

A decisão pela continuidade da greve, tomada em assembleia geral da categoria, foi na contramão das votações realizadas nas assembleias regionais do Sinte, que tendiam pelo retorno às aulas. Na assembleia do Sinte/Norte, realizada em Joinville, com a participação de cerca de 400 professores, a votação ficou apertada. Por 23 votos de diferença, a greve manteve-se.

A coordenadora regional do Sinte, Clarice Erhardt, disse que o comando de greve em Joinville vai acatar o que foi decidido na assembleia estadual.



BALANÇO

Nos oito municípios da regional, cerca de 30% dos professores aderiram à greve



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia

Editorial: Especial

Data: 08/07/11

Assunto: Professores cumprem horário

Página: 05

Professores cumprem horário

SÃO JOSÉ — A maioria dos professores estaduais da Grande Florianópolis segue a decisão do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) de continuar com as atividades paralisadas, por tempo indeterminado. Poucos professores, com medo de terem novamente cortes nos salários, estão à disposição nas escolas, mas como não há alunos, somente cumprem horários.

No bairro Kobrasol, em São José, oito professores da EEB (Escola de Educação Básica) Laércio Caldeira de Andrade estavam na instituição ontem. “Estamos aqui para trabalhar, mas não temos estudantes”, conta André Luis Tavares. Ele lembra que não quer correr o risco de ter seu salário diminuído em função dos dias de ausência.

O professor Alexandre Degeering, da mesma escola, permaneceu em greve somente uma semana. “Estamos sem alunos porque os do ensino médio têm várias aulas e professores diferentes, não há condições de virem, pegarem ônibus e gas-



tarem com transporte, para ter uma ou duas aulas”, destaca.

No EEB Professora Maria José Barbosa Vieira, o Cemajoba, quatro professores decidiram não aderir a paralisação, mas também não tem alunos, conforme o diretor Marlon Samento.

O diretor acredita que após o retorno às salas precisarão ter mais minutos em cada aula para dar conta de finalizar o conteúdo. Os professores do Grupo Escolar Francisco Tolentino, no Centro Histórico, permanecem em greve.

Expectativa.
**Na Escola
Laércio Caldeira
de Andrade,
professores
aguardam os
alunos**



CLIPPING

Veiculo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 08/07/11
Assunto: Despertar do governo		Página: 02

Despertar do governo

Até agora o governo vinha administrando a greve dos professores e na maioria das vezes atrelado a decisões do Sinte. Ou seja, esperava o comando de greve manifestar-se para estabelecer uma posição. Não deixou de ser uma estratégia, evitando o conflito ou a imposição. Mas agora mudou. Nesta sexta-feira, por determinação do governador Raimundo Colombo, será realizado em Lages uma reunião com os gerentes regionais de Educação. Durante todo o dia vão construir fórmulas visando à recuperação do ano letivo. Além disso, será feita uma radiografia sobre a situação das escolas em todo o Estado. Outra determinação é de que, onde há de dois a três professores retornando às atividades, os demais serão contratados como ACTs. A meta do governo é reativar as salas de aula em 80% das escolas de Santa Catarina.

CLIPPING

Veiculo: A Notícia	Editoria: Cláudio Prisco	Data: 08/07/11
Assunto: Agora o embate é judicial		Página: 20

AGORA O EMBATE É JUDICIAL

Procurador-geral do Estado, Nelson Serpa, protocola recurso hoje no Superior Tribunal de Justiça, pedindo a suspensão das duas decisões judiciais que determinaram ao governo do Estado a devolução dos descontos salariais efetuados nos contracheques dos

professores grevistas.

Ontem, o juiz Hélio do Valle Pereira deu prazo para o Executivo cumprir sua liminar, que mereceu a confirmação do desembargador José Gaspar Rubick. Se o governo fizer olhar de paisagem, o magistrado vai jogar pesado:

aplicação de multa diária de R\$ 100 mil contra os cofres públicos.

O curioso é que recentemente os servidores do Judiciário entraram em greve e o Tribunal de Justiça cortou a remuneração dos faltosos. E olha que Rubick é o atual vice-presidente do TJ.



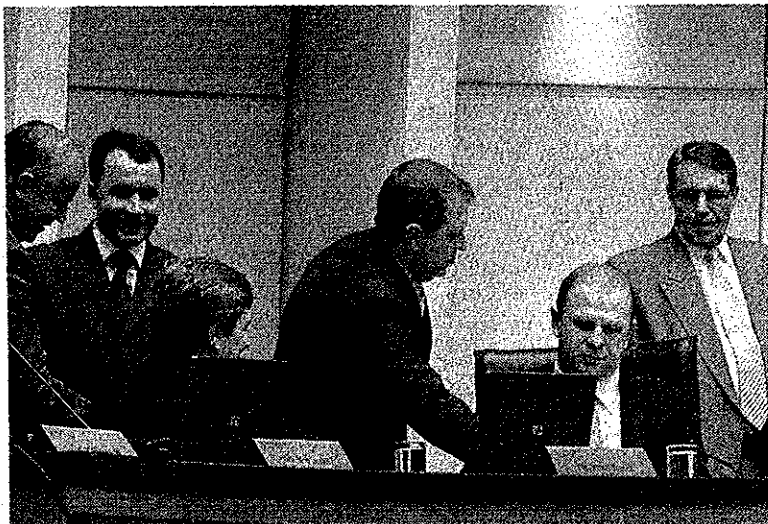
CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 08/07/11
Assunto: Deputados e a greve		Página: 02

Deputados e a greve

Depois de convocados pelo presidente da Assembleia, Gelson Merísio, os líderes concluíram que o Projeto de Lei Complementar, que contém os acordos selados entre o governo e o Sinte, só será votado caso a maioria retorne às aulas. O que significa isso? Na verdade faz sentido, até porque o conteúdo do projeto, que vem da última negociação, não conseguiu frear a greve. Por que aprová-lo? Mas tem um problema delicado. As Medidas Provisórias foram derrubadas pelos parlamentares a pedido dos professores. O governo não pode editar uma nova Medida com o mesmo teor.

O Projeto de Lei Complementar não sendo votado na semana que vem não há base legal para mexer na folha, que manterá os salários de maio dos professores. Mas o piso não foi uma determinação judicial? Foi, mas legalmente só deverá ser pago depois de publicado o acórdão. Ainda não há nada. Ou seja, os deputados estão



dispostos a votar o que foi acordado entre o comando de greve e o governo, mas esperam a volta às aulas. Até aqui ouviram, atenderam, e compreenderam, mas agora chegou o momento de ouvir e atender a sociedade. E para completar há um limite de tempo: quinta-feira começa o recesso. Daí só em agosto.

CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 08/07/11
Assunto: Resumo		Página: 02

RESUMO

"Os professores esperaram uma ação do governo do Estado, depois que Luiz Henrique entrou com uma ação para não pagar o piso. Mas os professores ganharam esta causa na Justiça. O erro do atual governo foi demorar em fazer uma proposta e, quando fez, tentou tirar conquistas históricas da categoria", comentou a deputada Ana Paula Lima do PT.





CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Estado	Data: 08/07/11
Assunto: Novo calendário em discussão		Página: 14

Novo calendário em discussão

Antes mesmo do fim da greve, governo define hoje sobre a recuperação das aulas

Apostando na volta dos professores às escolas, mesmo sem a greve acabar, o governador Raimundo Colombo discute hoje a reposição das aulas. A reunião será em Lages, com a participação de gerentes de Educação, diretores de escolas e técnicos da Secretaria da Educação (SED).

O governo afirma que haverá enfraquecimento do movimento, já que a maioria – 17 das 30 assembleias regionais – votou pelo fim da paralisação, mas a assembleia estadual optou pela continuidade. Em Chapecó, cerca de 300 professores decidiram sobre a continuação da greve. A maioria resolveu acatar a decisão na Capital. Porém, alguns professores

já voltaram para a sala de aula. Ontem, o governo divulgou que 80% dos professores retornaram ao trabalho. O Sinte ainda não fez o levantamento.

“Muitas escolas estão com as atividades normais e onde faltar professores vamos contratar ACTs (admitidos em caráter temporário) para manter o ano letivo e conseguir cumprir a nossa meta”, afirma Colombo.

A diretora de recursos humanos da SED, Elizete Mello, esclarece que o Estado é amparado pelo artigo 37 da Constituição Federal, que permite contratação de funcionários em caráter excepcional.

De acordo com o secretário da Educação, Marco Tebaldi, se os professores voltarem até segunda-feira, é possível organizar aulas até 16 de dezembro. Senão, não está descartado que as aulas avancem até o próximo ano. Não deve haver aulas aos sábados, porque isso não teria dado certo em reposições anteriores.

AL impõe condição para votar projeto

O projeto de lei complementar (PLC), que altera os salários dos professores de acordo com a proposta apresentada pelo governo no domingo passado, chegou ontem à Assembleia Legislativa. Mas o documento só será votado se mais da metade dos professores retornar às salas de aula.

Se isso não acontecer, não haverá votação antes do recesso das atividades, marcado para 15 de julho. Com isso, o próximo salário da categoria terá os mesmos valores de antes do começo da greve, em 18 de maio.

A decisão de impor condições para a aprovação foi tomada, ontem, pelos líderes de todos os partidos e o presidente da casa, deputado Gelson Merisio.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Especial	Data: 08/07/11
Assunto: Plano de recuperação		Página: 04

Plano de recuperação

Professores. Greve diminui e governador Raimundo Colombo decide como será reposição das aulas

FLORIANÓPOLIS — Como a greve dos professores estaduais diminuiu de tamanho, o governo partiu para o ataque. O governador Raimundo Colombo se reúne hoje, em Lages, sua terra, com os gerentes de Educação e diretores de escolas para estabelecer um plano de recuperação do ano letivo.

Conforme levantamento feito ontem pela Secretaria de Estado da Educação, em 873 escolas estaduais havia 8.314 professores de braços cruzados. Isto significa que 34,03% da categoria pesquisada permanece em greve. Porém, Santa Catarina tem 1.350 colégios estaduais. A secretaria acredita que nos locais onde o levantamento

não havia sido feito até as 17h de ontem, como são municípios menores, a presença do professor em sala de aula seja maior. No geral, o governo trabalha com o quadro de que a greve tenha recuado para 20%.

Com base neste panorama, o governo prevê a contratação de professores temporários. “Muitas escolas estão com as atividades normais e onde faltar professores, que são poucos casos, vamos contratar ACTs (Admitidos em Caráter Temporário) para manter o ano letivo e conseguir cumprir a nossa meta”, afir-

mou Colombo.

O Secretário da Educação, Marco Tebaldi, informou que será construído um plano de aulas para cada escola. “Se em algum colégio faltarem apenas três professores, completaremos este quadro com ACTs”, disse.

A presidente do Sinte, Alvetete Pasin Bedin, não confirmou os números da greve divulgados na tarde de ontem pela Secretaria da Educação. “Faremos assembleias nesta sexta e na segunda em todas as regionais. Somente na terça-feira poderemos nos posicionar sobre os números de aliados na greve”, explicou Alvetete.



TÁTICA

Secretário Tebaldi diz que serão chamados ACTs para onde houver falta de até três professores

Estado recorre para manter corte dos dias parados

O procurador do Estado, Nelson Serpa, protocolou ontem no STJ (Superior Tribunal de Justiça), em Brasília, o pedido de suspensão da decisão judicial que manda pagar os dias parados dos professores em greve.

Serpa protocolou o pedido após a decisão do juiz Hélio do Valle Pereira, que mandou rodar, até esta sexta-feira, uma folha suplementar, repondo os descontos pelos dias parados dos grevistas e pagar os

valores para os professores até a próxima segunda-feira.

Se não obedecer os prazos, o governo do Estado terá que pagar multa de R\$ 100 mil por dia. A decisão do juiz aconteceu depois que os advogados do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) protocolaram um pedido de cumprimento da decisão judicial.

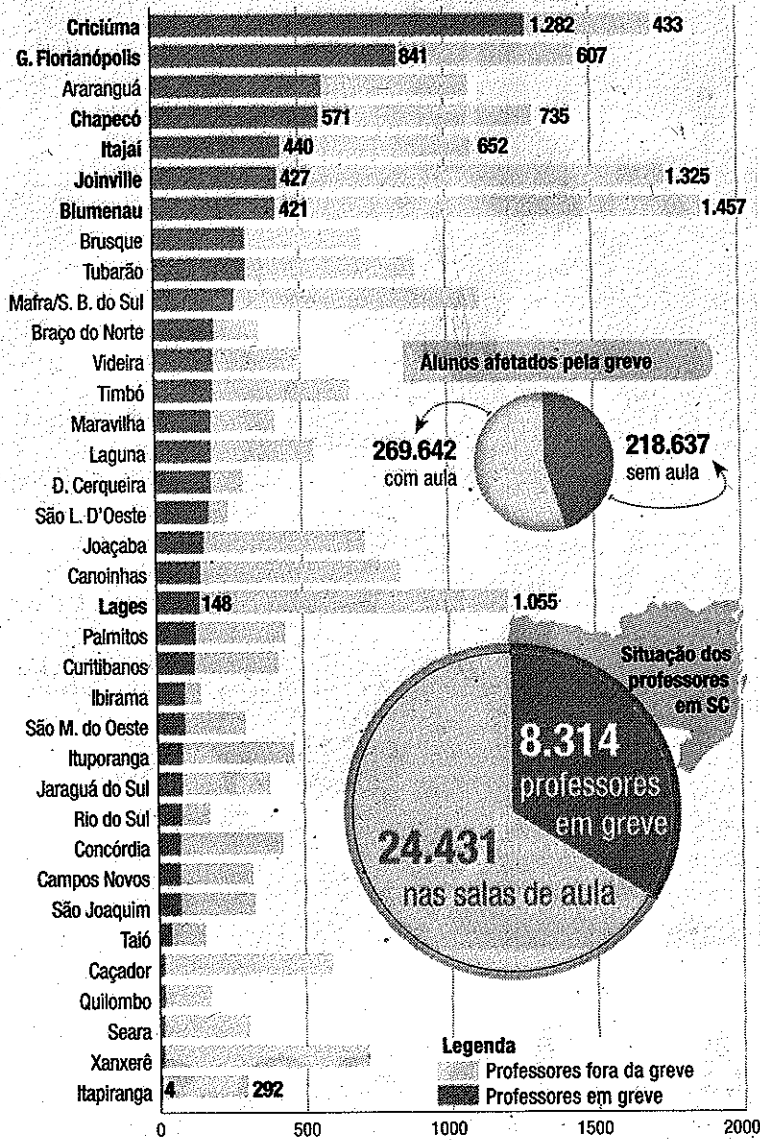
Ontem foi encaminhado para votação na Assembleia Legislativa o projeto de lei

complementar com a última proposta aos professores. Ela prevê a formação de um grupo de trabalho para debater o plano de carreira. Os índices das séries finais e do ensino médio, hoje em 17%, passariam para 20%. Os percentuais das séries iniciais, que estão em 25%, passam para 30%. Em janeiro, os índices serão pagos integralmente e voltam para 25% e 40%. Com isso, o impacto na folha de pagamento será de R\$ 27,5 milhões ao mês.



●●● PANORAMA DA PARALISAÇÃO

●●● Greve é mais forte em Criciúma



Deputado vota se greve acabar

Os deputados prometem votar na sessão de quarta-feira da semana que vem o projeto de lei complementar 26, que contém a última proposta do governo do Estado aos professores, desde que a greve acabe. A votação foi acertada ontem, durante reunião de líderes dos partidos. O consenso está formado. Se os professores não voltarem ao trabalho, os deputados não votam.

A aprovação é necessária para dar amparo jurídico e permitir rodar a folha de pessoal. "Se não aprovarmos esse projeto fica mantida a folha com os valores de março", explicou o líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB). Nesse caso, o governo incorreria noutra inconstitucionalidade, porque o STF (Supremo Tribunal Federal) determinou o pagamento do piso nacional da categoria a partir de março passado.

A legitimação da primeira proposta do governo veio por meio da Medida Provisória 188, editada em 23 de maio, baseada no piso nacional da categoria. A segunda proposta do governo, com o piso e outros benefícios, veio por meio da MP 189. As duas foram arquivadas. O projeto atual é para substituir as duas MPs e para convalidar a última proposta do governo, que não colocou fim à greve.

O líder Elizeu Mattos declarou ontem que o projeto de lei complementar não deve conter emendas parlamentares. "Se tiver emendas não tem consenso", afirmou o deputado. Ele foi pego de surpresa com a decisão da assembleia estadual dos professores que manteve a paralisação.



Elizeu. Projeto sem emendas



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Especial	Data: 08/07/11
Assunto: Aulas ao ar livre no centro		Página: 04

Aula ao ar livre no Centro

Greve. Professor reúne alunos para repassar os conteúdos

FLORIANÓPOLIS — Sentados nas muretas do TRE (Tribunal Regional Eleitoral), um grupo de dez alunos da Escola Estadual Henrique Stodiek, todos no terceiro ano do ensino médio, encontraram-se ontem com o professor de física Vanderlei Cima, para ter aula. O professor dos adolescentes está em greve, mas faz questão de auxiliar os alunos prestes a enfrentar o vestibular.

“Sou a favor da greve, tanto que estou paralisado assim como meus colegas, mas não posso deixar meus alunos na mão, ainda mais em um período de expectativa com a proximidade dos vestibulares”, disse Vanderlei, que tem mestrado e hoje pede por uma equiparação do seu salário.

Para marcar o encontro durante a manhã desta quinta-feira, o professor enviou e-mails aos alunos. “Temos um passeio marcado para Porto Alegre e não quero deixar a greve atrapalhar essa etapa que estava combinada desde o começo do ano”, reiterou.

Uma das estudantes que participou da aula ao ar livre é Cecília Cassimiro Pereira, 16. Decidida a prestar vestibular para jornalismo, ela preferiu se matricular em um curso pré-vestibular com a intenção de ter um bom desempenho para as provas. Entretanto, no grupo de amigos da garota, apenas ela e mais uma colega têm a oportunidade de pagar um cursinho.

Visão
do estudante.
A aluna Cecília
Cassimiro Pereira
disse que ela e seus pais
estão preocupados, pois
não sabem como os
professores vão passar
as matérias



Professor diz que ganhava mais como pintor

Há seis anos, João Risden, 41, trabalhava como pintor de automóveis. Em uma tentativa de melhorar sua condição de vida, decidiu estudar pedagogia. “Na época, trabalhando como pintor ou como professor eu recebia a mesma coisa. Mas hoje, meu salário de professor está estagnado e o de pintor está em R\$ 2 mil”, reclama.

Quando a greve começou, em 18 de maio, Risden parou por duas semanas. Como é ACT (Admitido em Caráter Temporário), ficou com medo dos descontos no salário e voltou às salas. “Descontaram R\$ 480 pelas

duas semanas que fiquei em greve. Tenho um filho de quatro anos para criar e precisei pegar um empréstimo para pagar minhas contas”, aponta o professor.

Risden dá aulas no Colégio Estadual Laura Lima, no bairro Monte Verde, em Florianópolis. Desde que decidiu retornar ao trabalho, ouve de pais palavras de agradecimento. “É uma situação complicada, muitos pais acabam trazendo os outros

filhos junto com aquele que já era meu aluno por não terem onde deixá-los nesse período”, diz.

Entre uma batida com a régua e outra na mesa para tentar acalmar os pequenos alunos da 2ª série, o professor confessa a tristeza ao lembrar que precisou deixar parte das turmas que tinha para concluir a faculdade de história. “Quero poder educar melhor, mas admito que pensei em largar a profissão de professor”, completa.



DECISÃO

João Risden dá aula no colégio Laura Lima e voltou ao trabalho após o corte no salário

Pais preocupados com ensino

Representantes das APPs (Associações de Pais e Professores) concordam com a greve, entretanto, sabem que 53 dias sem aula interferem no aprendizado dos filhos. A auxiliar de limpeza Ana Maria Soares, 53, participa da APP e tem um filho de 10 anos que estuda no Colégio Rosinha Campos, no bairro Abraão, em Florianópolis. “Muitos pais estão revoltados, mas eu entendo que os professores precisam receber um salário maior para se sentirem motivados para estar na sala de aula”, disse Ana Maria.

Enquanto não voltam às aulas, Leila Bearsi, integrante da APP do Colégio Laércio Caldeira de Andrada, em São José, tenta fazer com que o filho Gabriel Bagio, 11, da 6ª série, estude, ainda que sem o apoio dos professores. “Entendo a situação dele. Não dá para estudar se ele não pode tirar as dúvidas com outra pessoa”, completou Leila, que tem outro filho no terceiro ano do ensino médio no mesmo colégio. “Não tenho condições de colocar os dois em escola particular. O jeito é esperar que a greve acabe logo.”



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 8/7/11
Assunto: Diversos		Página: 3

O futuro da educação

Fram dois os cenários óbvios sobre a greve dos professores depois que o governador recebeu a diretoria do Sinte e o comando de greve. Pelo primeiro, com a aceitação pelos líderes sindicais da proposta de Raimundo Colombo, as assembleias regionais decidiriam pela volta às aulas. Teriam a confirmação pela assembleia estadual. Ali, unidos, mais fortes e coesos, os professores manteriam o “estado de greve” para continuar lutando por seus direitos, pela melhoria da educação e por mudanças urgentes no ensino público estadual. Iriam para a Assembleia Legislativa amarrar outros compromissos inadiáveis, como o pagamento do piso na carreira, a realização imediata de concurso público de ingresso no magistério e mais autonomia para as escolas. Energizados pela maior e mais bem organizada mobilização da história, os professores poderiam virar uma página da educação catarinense. Esta era, também, a saída defendida pelos líderes de oposição na Assembleia, que marcaram presença ao longo de toda a greve.

No segundo cenário, os professores deliberariam pela continuidade da greve, o esvaziamento seria inevitável pelo tempo prolongado, os pais iriam exigir a volta dos filhos às escolas, as comunidades questionariam o prosseguimento da paralisação, os professores já demonstrariam exaustão e ninguém conseguiria vislumbrar vitórias mais expressivas. Depois que o governador deu a palavra final, não havia mais espaço para negociação ou exercício político, salvo a radicalização.

Os professores decidiram pela continuidade da greve. Já estão queimando gorduras pela legitimação política que conquistaram durante a histórica mobilização. O capital político acumulado está saindo pelo ralo. A perda de sustentação política já é um fato. O retorno às atividades é uma realidade.

Numa batalha tão dura quanto esta é preciso agir com sabedoria para saber a hora de avançar e de recuar. A história e a literatura são fartas em relatos de grandes confrontos em que o grupo derrotado na primeira batalha recua para manter a tropa unida e, com o fermento das ideias e das novas condições avança com mais firmeza sobre o adversário. Até vencer a guerra. Os educadores catarinenses fizeram estas e outras avaliações? Projetaram cenários? Ou foram conduzidos pela retórica fácil dos discursos que inflamam a massa, mas não conquistam os corações das bases? Ou, quem sabe, os líderes desta questionável decisão estão seguros de seu poder de fogo e das condições para atingir seus objetivos? O horizonte que prevalece neste fim de semana é de fortalecimento da posição do governo. O jogo começa a virar a seu favor. O projeto de lei complementar com a proposta oficial está na Assembleia. Como o recesso parlamentar começa no dia 14 de julho, não haverá prazo regimental para a votação do projeto governamental. Quer dizer: para ir à votação e garantir melhorias salariais aos professores, só com acordo de liderança. E todos os líderes, incluindo os do PT, PDT e PC do B, decidiram que só apreciarão a matéria depois da volta dos professores à sala de aula. Caso contrário, a discussão fica para agosto. E os salários de julho sairão com os níveis de março, portanto, inferiores aos de junho.

Os professores foram embretados. O risco de cisão no magistério é maior. Quem já recebeu aumento não vai aceitar redução salarial. Se a Assembleia não aprovar o projeto, o impasse vai perdurar até quando? E quanto mais atrasar, mais o governo vai economizar. Onde está a saída?

O secretário Marco Tebaldi reúne-se hoje, em Lages, com todos os gerentes educacionais para executar o programa de recuperação das aulas nas escolas que voltaram a funcionar. E o Sinte enviou ofício ao governador pedindo novas negociações.

No Centro Administrativo, agora com o projeto na Assembleia, as portas estão fechadas para o sindicato.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 8/7/11
Assunto: Táticas de guerrilha		Página: 12

Táticas de guerrilha

Depois de 51 dias de greve, o que se acompanhou, ontem, foi uma sequência de fatos que apontam para o inevitável desfecho de outros tantos movimentos já registrados no Estado e no país. Há um momento em que negociações e assembleias deixam de ser os parâmetros e passam a segundo plano comparadas às consequências provocadas à comunidade servida pelo serviço público. A do magistério estadual não é diferente:

Os professores ainda recebem combustível. Um pouco pela nova decisão do juiz Elio do Valle Pereira, da 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que determinava o pagamento de multa de R\$ 100 mil por dia, caso o Estado não providenciasse a rodagem da folha da categoria até hoje sem descontos e pagar na segunda-feira. Já os líderes dos partidos na Assembleia

Legislativa decidiram, em encontro com o presidente Gelson Merisio, que, sem o retorno às negociações e ao trabalho, não votariam o projeto de lei complementar do Executivo, até semana que vem. Um duro golpe, pois o projeto garante todas as propostas debatidas no domingo com o governador Raimundo Colombo, na Casa d'Agrônômica, domingo passado.

Sem a votação, que depende de acordo para seguir um ritmo mais acelerado de tramitação, e com o recesso parlamentar batendo à porta, o salário dos professores retroagiria a março. Uma perda nominal à categoria que reivindica melhores proventos.

O restante do dia foi marcado por táticas paramilitares de minar o adversário. O procurador do Estado, Nelson Serpa, foi ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para protocolar o pedido de derrubada da liminar

garantida no Judiciário catarinense.

Os professores protocolaram uma nova audiência com Raimundo Colombo, que já disse não poder alterar mais a oferta oficial.

As ações não pararam por aí. A todo o momento eram divulgados relatos de retorno de professores às salas de aula e Colombo foi à TV para fazer uma prestação de contas à comunidade e explicar o que foi debatido ao longo do tempo que dura a paralisação. Hoje, em Lages, o governador comanda um encontro com o secretário Marco Têbaldi e os 36 gerentes regionais para falar de reposição de aulas. É o remédio para evitar a trágica perda do ano letivo escolar. O foco é atender os clamores de pais, os responsáveis pelos maiores prejudicados com a greve, os alunos. Pelos prazos, ao contrário do que ocorre no Carnaval, esta história termina na próxima terça-feira.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Leitor	Data: 08/07/11
Assunto: Atitude inaceitável		Página: 30

Atitude inaceitável

Como pai, acho que a decisão dos professores de não voltar às salas de aula é uma atitude inaceitável. Sim, pois li neste confiável diário que a maioria dos professores, em suas regiões, optou por parar a greve, movimento que prejudica milhares de crianças em todo Estado.

Infelizmente, o que verificamos é que os bons professores, esses que estão interessados em dar aulas, em não perder o ano letivo e preocupados com os alunos, não compareceram à assembleia na Capital.

Acompanhei dia a dia o noticiário sobre as propostas apresentadas pelo governo, mas penso que foi tudo em vão. A cada nova reunião, outras exigências eram feitas.

Com tudo isso, chegou à conclusão de que ninguém pensa nas crianças que ficam em casa, nos transtornos causados àqueles cidadãos que pagam seus impostos, dinheiro que serve para honrar não só os salários dos professores, mas também os dos governantes.

Senhores professores, senhores governantes, meu filho de sete anos precisa de escola, precisa estudar, precisa do conhecimento, para que seja um cidadão consciente e, quiçá, tenha um futuro melhor do que o meu.

Afinal, quem pensa nesses inocentes? Certamente, não são os grevistas.

Gerci Jacinto



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Você.Leitor	Data: 08/07/11
Assunto: Greve dos professores		Página: 33

Greve dos professores

Acompanhando o encontro dos professores na Passarela Nego Quirido, na quarta-feira, após as 30 regionais nas quais a maioria sinalizou pelo fim da greve, o que se viu foi um encontro político e não um movimento grevista interessado em valorizar a categoria.

O MP-SC deveria abrir processo contra um sindicato corporativista, que não respeita a vontade da maioria, e politiqueiro, mas isso não vai acontecer. Sempre fui e serei a favor da valorização tanto dos profissionais da educação, quanto da segurança e da saúde, pois são a mola mestra de uma sociedade, mas a partir do momento que o movimento vira interesse político perde seu valor.

O que temos hoje são movimentos políticos nos quais meia dúzia sai ganhando e a maioria, a sociedade, sai perdendo.

Salesio Hames
Joinville



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 8/7/11
Assunto: Quanto vale?		Página: 43

Quanto vale?

Recomendo aos governantes de todos os níveis – federal, estadual e municipal –, principalmente àqueles que ocupam cargos ligados à educação, o livro *Quanto Vale um Professor?*, de Celso Antunes, Editora Vozes. Ao ler o livro, uma certeza: a tecnologia encanta e surpreende, mas nenhum avanço substitui um verdadeiro professor. Entenderam, governantes?

O livro contém dezenas de histórias inspiradoras sobre professores geniais, escondidos no anonimato, mas que são verdadeiros mágicos na arte de ensinar, de transformar e de construir pessoas.

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Ponto final	Data: 8/7/11
Assunto: A partidarização da greve		Página: 43

A partidarização da greve

O Sinte (Sindicato dos Trabalhadores na Educação de Santa Catarina) é dominado por três grupos diferentes, cuja atuação varia entre a sensatez e a radicalização pura e simples. O problema é que o primeiro grupo está sendo sufocado pelos outros, justamente os que pretendem o confronto sem barreiras. Ora, tudo tem um limite. Se as regionais da entidade decidiram, em ampla maioria, pela volta ao trabalho, qual a aposta desses grupos que recusam tudo? A aposta é política, ainda que qualquer greve tenha natureza política. Mas no caso presente ela se dirige à partidarização do movimento, numa espécie de prévia do que será a campanha eleitoral do ano que vem. E, diga-se de passagem, alguns deputados também se comportam dessa forma, jogando para a plateia, ao invés de buscar uma solução conciliadora.

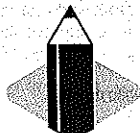


CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 8/7/11
Assunto: Professores/Sobre DC		Página: 40

Professores

Quem está sofrendo com a greve dos professores? Nossas crianças, claro. O governo não toma uma posição e está deixando o sindicato dos professores tomar conta da situação. Será que não estão vendo que a educação é a base para o futuro? Os estudantes vão perder o ano letivo.



Ivo Aldair de Souza
Por e-mail

Procuo por um advogado que possa garantir o meu direito de continuar recebendo pelos 20% de aulas excedentes que ministrei e pelas quais vinha sendo remunerada há 20 anos. Agora, para pagar o piso aos professores, o sr. governador simplesmente diminuiu o valor, como se não bastasse o que fez com a regência de classe. Será que para professor não existe direito adquirido, já que eu trabalhei a mais do que minha carga horária? E ainda há quem defenda este senhor.

Luiza Maria Bion Gâma
São José

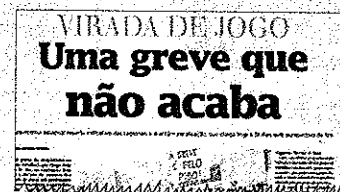
Simplemente lamentável a atitude de alguns pais em relação à greve do magistério. Se os mestres de seus filhos têm salários menores do que um servente de pedreiro, frentista de posto de combustíveis ou de uma diarista, que tipo de ensino estes senhores esperam para seus filhos?

Gisleno Garcia Pessi
Por e-mail

SOBRE O DC

Como assinante do DC, venho acompanhando o desenrolar da greve dos professores no nosso Estado. Achei curioso que na reportagem especial de ontem, onde veiculava pela continuidade da greve, percebi professores sorrindo e festejando. Que diferença de postura dos grevistas bombeiros no Rio de Janeiro, que esboçavam uma fisionomia de preocupação e tristeza. Aliás, o que os professores estavam comemorando? A continuidade da greve, que prejudica milhares de alunos no Estado? Não entendi.

Paulo Sérgio Pereira
Capinzal



Clipping

CNTE

Pronatec: expansão da rede pública é prioridade, diz diretora do MEC

✦ Data: 08/07/2011
✦ Veículo: AÇÃO EDUCATIVA
✦ Editoria:
✦ Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Patrícia Barcelos, diretora de integração das redes de educação profissional e tecnológica do MEC, falou ao Observatório da Educação sobre a proposta de criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec),

Patrícia Barcelos, diretora de integração das redes de educação profissional e tecnológica do Ministério da Educação (MEC), falou ao Observatório da Educação sobre a proposta de criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), previsto pelo projeto de lei 1209/2011, em tramitação na Câmara dos Deputados (acesse aqui o PL). Na entrevista, ela enfatizou a preocupação com a expansão das ofertas de vagas em escolas públicas. Leia a seguir, na íntegra.

Observatório da Educação - Quais são as características gerais do Pronatec?

Patrícia Barcelos - O Pronatec é um programa sistêmico, reúne grande conjunto de ações da educação profissionalizante, desde a expansão da rede federal, das instituições federais de ensino, a expansão da rede estadual, ou seja, das vagas públicas, até modalidades novas, como a bolsa formação e o Fies técnico. Objetivo realmente é fazer expansão, a interiorização do acesso ao ensino profissionalizante, democratizar a oferta, para atender a grande demanda de formação profissional do país, reunir e organizar redes ofertantes de educação profissional, com objetivo de criar oferta pública, com gratuidade, e públicos prioritários.

Quando falamos em expansão nos referimos a 120 unidades novas na rede federal. A expansão da rede federal e dos estados é a oferta prioritária nossa, porque trabalham com ensino médio integrado. Já a Etec visa mais atender público que já cursou o ensino médio, a pessoa que já está no mundo do trabalho. Serão cursos subsequentes, que acontecem após conclusão do ensino médio. O Fies técnico também, trata-se de financiamento a quem concluiu e a empresas para financiar estudos dos trabalhadores.

Já o Bolsa Formação vai focar a concomitância. Esta é a terceira possibilidade de educação profissional prevista pelo programa: é para quem faz ensino médio regular, propedêutico, e no contraturno faz curso técnico. A Bolsa Formação vem para fortalecer a concomitância. Ou seja, o programa é destinado a três públicos: quem deseja ensino integrado, para quem já está no ensino médio e quer oportunidade para técnico concomitante, e também para quem já concluiu o ensino médio e busca profissionalização.

O Bolsa Formação terá ainda outros dois públicos: os segurados do seguro desemprego, na medida em que solicita o seguro poderá realizar curso de formação inicial, para se qualificar e entrar com mais qualidade no mercado de trabalho; e os beneficiados dos programas de transferência de renda do governo federal, que terão acesso a cursos de formação inicial para que possam trabalhar nas suas próprias comunidades e buscar alternativas.

Observatório da Educação - O programa diz reunir rede federal, estadual, instituições privadas, sistema S e organizações comunitárias da sociedade. Como se dará isso? É a abrangência do programa ou integração de redes?

Barcelos - Acaba sendo um pouco os dois. Se pensar no desafio que é trabalhar qualificação do trabalhador no país, são milhões de pessoas, sem articulação entre redes fica complicado avançar. O programa estimula processos de aproximação das redes. O sistema S já trabalha via acordo, e a gratuidade permanece. Para além, vamos trabalhar no Bolsa Formação com duas modalidades: estudante de curso técnico concomitante e o Bolsa Formação Trabalhador, para beneficiários do seguro desemprego e de programas de transferência de renda.

Observatório da Educação - Há referência à integração curricular no programa, à relação entre educação propedêutica e profissional?

Barcelos - A concomitância tem particularidades. Como não tem projeto pedagógico como o ensino médio integrado, a aplicação é mais complexa. Estamos discutindo com as redes os processos de aproximação entre eles. A concomitância acontece a partir do segundo ano, então no primeiro ano do ensino médio faríamos trabalho de aproximação com estudantes que desejam fazer curso técnico, para que possam cursar disciplinas mais exigidas no eixo tecnológico que optar. É um trabalho para construir pontes entre ensino médio e formação técnica, mas sabemos que é grande desafio. Os estudantes do ensino médio regular devem ter oportunidade para fazer curso técnico também.

Observatório da Educação - O Pronatec não está em direção oposta à universalização do ensino médio público, gratuito, de qualidade e obrigatório, e também em direção diversa à formação integrada, por reiterar a privatização do ensino e o mito da empregabilidade?

Barcelos - O Pronatec é projeto de lei em discussão no congresso, pela sociedade. É uma proposta apresentada pelo Poder Executivo e há necessidade de maior compreensão das ações. A grande maioria das ações previstas é de expansão da oferta pública, pela rede federal e estadual. O próprio Bolsa Formação vai trabalhar também com a rede federal. Então, o grande objetivo é realmente chegar à população que precisa e quer ter educação profissional de qualidade, cidadã, com inclusão no mundo do trabalho, discutindo com diferentes redes, com a sociedade.

É um momento rico para que a gente possa discutir objetivo do Pronatec, como vai entrar, se organizar, por isso a importância da participação de diferentes atores da sociedade nesse processo. É importante a leitura do PL, principalmente

a partir do artigo 4, em que fica claro as ações pela rede federal e pelas redes estaduais. Ali está clara a forma, mas temos que dialogar com diferentes setores da sociedade, pensar, refletir sobre formação, como e por que pensar nos públicos específicos. De alguma forma o diálogo tem que ser feito, é importante que todas as pessoas que trabalham com o tema possam contribuir.

Observatório da Educação - Fala-se em expansão da parceria com o Sistema S. Há estudos avaliativos que relacionem os recursos empregados e as vagas criadas no sistema S? O MEC tem dados que apontem a efetividade da parceria? O sistema S presta contas à sociedade acerca dos recursos públicos empregados?

Barcelos - O controle é via Sistec, o nosso sistema de controle das informações de educação profissional, que contabiliza matrículas em todas as redes. Temos um módulo que é só o acordo, contabilizadas as matrículas da gratuidade. Há um controle rigoroso sobre as matrículas e efetividade do acordo.

Observatório da Educação - Como o Pronatec tem sido debatido no âmbito do novo Plano Nacional de Educação?

Barcelos - O Pronatec foi pensado para alcançar as metas em vagas. É importante ter esse investimento prioritariamente nas redes públicas, ampliando vagas. O Programa Brasil Profissionalizado traz a construção de escolas, a ampliação, reformas, aquisição de laboratórios, formação de professores, recursos pedagógicos, cursos de especialização. Esse conjunto de ações faz parte do trabalho realizado a partir de uma reflexão sistêmica sobre a educação.

Clipping

CNTE**07/07/2011 - Com 5,4 mi de estudantes habilitados, Enem 2011 bate recorde**

» Data: 07/07/2011
» Veículo: FOLHA ONLINE
» Editoria:
» Assunto principal: ENSINO MÉDIO
 ENSINO SUPERIOR
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

O Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) bateu recorde com 5,4 milhões de candidatos habilitados para fazer a prova. Mais de 6,2 milhões de estudantes fizeram a inscrição pela internet, mas o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) aguardava a confirmação do Banco do Brasil sobre a quantidade de inscrições cujas taxas foram efetivamente pagas.

O número final de inscritos foi informado à "Agência Brasil" nesta quinta-feira pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, após participar da assinatura de convênio com a Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Em 2010, cerca de 4,6 milhões se inscreveram para fazer a prova. O exame será aplicado nos dias 22 e 23 de outubro, em 12 mil locais de prova distribuídos por 1.599 municípios.

Em 2009, o MEC (Ministério da Educação) deu início ao projeto de substituição dos vestibulares tradicionais pelo Enem como forma de ingresso no ensino superior. A partir do resultado da prova, os alunos se inscrevem no Sisu (Sistema de Seleção Unificada) e podem pleitear vagas em instituições públicas de todo o país.

A partir de 2012 a prova terá duas edições ao ano, uma no primeiro semestre e outra no segundo. A primeira edição do ano que vem já está confirmada para os dias 28 e 29 de abril. A data da segunda edição ainda não foi definida em função das eleições municipais, que ocorrerão em outubro, mês de aplicação do Enem nos anos anteriores.

A participação no Enem também é pré-requisito para os estudantes interessados em uma bolsa do ProUni (Programa Universidade para Todos). Os benefícios são distribuídos a partir do desempenho do candidato no exame e podem ser integrais ou parciais, dependendo da renda da família. Para participar do programa é preciso ter cursado todo o ensino médio na rede pública.

Clipping

CNTE

Empresas têm que dar ensino básico para funcionário

• Data: 08/07/2011
• Veículo: FOLHA DE S. PAULO - SP
• Editoria: FOLHACORRIDA
• Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

O país enfrenta um grande obstáculo na corrida para evitar um apagão de mão de obra: a falta de formação básica, que atrapalha a qualificação de trabalhadores.

Empresários do setor de telemarketing e de relacionamento ao cliente, por exemplo, sugerem desoneração da folha para que possam dar cursos de educação básica.

Em levantamento com os 17,5 mil funcionários de refinaria de Pernambuco, a Petrobras viu necessidade de oferecer qualificação técnica para 10 mil trabalhadores. Desse número, 17% eram analfabetos funcionais.

Antonio Aparecido Carrara, coordenador de Relações Institucionais, diz que o trabalhador não consegue ler as orientações de segurança.

O MEC diz que deve incluir um reforço em disciplinas básicas no primeiro ano do ensino médio profissionalizante.

Mercado B1



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Joinville	Data: 08/07/11
Assunto: Escolas já podem se inscrever em prêmio		Página: 06

Escolas já podem se inscrever em prêmio

A 19ª edição do Prêmio Embraco de Ecologia, um programa de educação ambiental voltado à rede de ensino com atuação em Joinville, foi lançado ontem no Centreventos Cau Hansen.

As escolas podem se inscrever até 30 de setembro, quando os projetos serão analisados. O tema deste ano é "Ideias brotam movidas por energia". O resultado será conhecido em novembro.

A premiação às escolas vencedoras varia de R\$ 4 mil a R\$ 10 mil, conforme a faixa escolar, para execução dos projetos no ano letivo seguinte.

Durante o lançamento, escolas fizeram uma exposição de trabalhos de educação ambiental para trocar experiências com as demais instituições de ensino.



TROCA DE EXPERIÊNCIAS

Escolas fizeram exposição de trabalhos sobre educação ambiental